

I. Introdução

Our activities as archaeologists consist in dismantling an object (the past, material culture) and reconstructing a simulacrum of it in our meta-language

Olsen, 1990, p. 195

We go and dig up an ancient past in order to create ideas about progress, evolution, the value of technological change, and so on

Hodder, 1991, p. 31

Este estudo foi inicialmente concebido com o objectivo de compreender os tipos e as formas de povoamento que ocorreram, na actual bacia hidrográfica do Rio Alenquer, no período que medeia desde o Calcolítico ao Bronze Pleno.

A eficácia de tempo disponível acabou por centrar este trabalho no estudo dos materiais arqueológicos recolhidos, por Hipólito Cabaço, na Pedra de Ouro.

O interesse científico deste local, enquanto detentor de informação passível de se constituir como parte da História do Homem despertou-nos o interesse pelo quando, quem e porquê. Despertou-nos o interesse pela motivação e pela vivência da comunidade que, em determinado momento, ocupou o sítio da Pedra de Ouro, a sua interação com o ambiente natural e cultural da sua época.

Na procura de respostas, optámos por uma análise, o mais exaustiva e actual possível, dos vestígios arqueológicos, tentando que o estudo da cultura material não fosse um fim em si mesmo, mas um contributo para o conhecimento

A nossa leitura é feita simultaneamente ao longo da paisagem e das prateleiras do Museu Municipal de Alenquer. Esta é também pretexto para a actualização da informação disponível para a Pré-História recente na região de Alenquer, numa área delimitada pela orla das bacias hidrográficas do Rio de Alenquer, do Rio da Ota e do Rio Grande da Pipa.

Estamos conscientes da subjectividade da nossa leitura. Esta é limitada, não só pela natureza do registo arqueológico, mas pela nossa própria capacidade cognitiva e pelo estado de maturidade do nosso conhecimento. Contudo, esta pretende ser uma leitura possível procurando uma interpretação baseada no entrosamento coerente dos dados analisados. É a nossa leitura, mas também o nosso contributo sobre o povoamento e ocupação humana na região de Alenquer e, consequentemente, da actual Estremadura.

1.1. Antecedentes: a investigação na área em estudo

Uma recensão crítica da investigação arqueológica efectuada na área em estudo, não pode deixar de ter presente o contexto específico em que esta foi produzida, como um dos condicionalismos inerentes ao pensamento e ao discurso imprimido. Como refere Eric Hobsbawm “el científico, hijo de su tiempo, refleja las ideas preconcebidas de tipo ideológico u otro que son propias de su entorno e experiencias, así como inquietudes históricas o socialmente específicas” (1998, p. 138). Permitimo-nos, pois destacar algumas das principais ideias expressas.

As primeiras referências que conhecemos sobre a investigação na área em estudo confundem-se com o próprio início da investigação pré-histórica em Portugal marcada por uma profunda influência das ciências naturais, nomeadamente, da geologia, e voltada para questões que se prendem com a origem do Homem, neste espaço peninsular.

O geólogo Carlos Ribeiro, teve o mérito de colocar a região de Alenquer, nomeadamente, Ota, no mapa da Pré-História internacional. Em 1872, Carlos Ribeiro defende como datáveis do Terciário alguns artefactos de sílex recolhidos na zona aluvial de Ota. Esta descoberta foi amplamente discutida no Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica que, para o efeito, trouxe ao nosso país, alguns dos mais renomeados investigadores europeus. Entre estes Motillet, que baptiza de *Homosimius Ribeiroi*, o fabricante de tais artefactos líticos. Esta é uma questão que só será, definitivamente, encerrada por H. Breuil e G. Zbyszewski, em 1942, que os datam de um período situado entre o Paleolítico e o Neolítico.

Hipólito Cabaço, definido “como um pioneiro heróico e gigantesco” (Pereira, 1970, p. 7) vai tornar-se a partir de 1903, com a descoberta de um sítio Paleolítico na Quinta do Espírito Santo, o grande precursor da arqueologia na região de Alenquer. A ele se deve, neste e em vários concelhos limítrofes, a identificação de algumas dezenas de sítios arqueológicos. O seu trabalho, maioritariamente de prospecção, forneceu à Câmara Municipal de Alenquer um espólio de, aproximadamente, 13 000 peças arqueológicas, distribuídas por uma cronologia que vai desde o Paleolítico à Idade Média.

Contudo, este investigador não publica, por mão própria, nenhum dos dados alcançados. As suas descobertas acabam por nos chegar através da análise dos materiais legados e de referências feitas por segundas pessoas, entre as quais, destacamos, Afonso do Paço e Ernâni Barbosa. Ainda assim, pelas condicionantes que se colocam à actual investigação, as suas informações são, em muitos casos, a única referência que possuímos para o conhecimento de muitos sítios arqueológicos desta zona.

Alfredo Athayde, em 1933, com a publicação, num livro de homenagem a Martins Sarmiento, de um artigo sobre as ossadas pré-históricas da Gruta dos Refugidos, marca o início de um período de publicações, mais ou menos sistemáticas, cujo *terminus* podemos situar no ano de 1970, curiosamente, o ano em que faleceu Hipólito Cabaço.

Nestas publicações é possível rastrear uma das principais tendências demonstradas pela investigação arqueológica: o estudo preferencial dos sítios mais significativos e dos materiais mais expressivos. Neste contexto, a Pedra de Ouro e o Castro de Ota saíram, claramente, beneficiados.

As primeiras referências que encontramos para a Pedra de Ouro pertencem a Afonso do Paço (1940): *Figurinha de barro da Pedra de Ouro*. Neste artigo, somos informados que Hipólito Cabaço descobriu (1934) e explorou este sítio arqueológico, onde encontrou um “túmulo e vários fundos de cabana”. O artigo centra-se na figurinha de barro antropomórfica “encontrada num monte de terras que ficava entre o túmulo, situado a W da estação, e um fundo de cabana. Estando aquele monumento funerário bastante desmoronado, somos levados a acreditar que tais terras dele proviessem sem, contudo, podermos afirmar em absoluto” (Paço, 1940, p. 221).

Este artigo fornece-nos o desenho e as medidas da “Vénus da Pedra de Ouro” peça, ultimamente, localizada no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Domingos e Gomes, 1994). Pelas características formais dos seios representados, o autor apresenta-a como uma figura feminina na “força da vida” e compara-a com figuras análogas, do ambiente cultural peninsular e mediterrânico. A interpretação do seu significado simbólico divide-se por três hipóteses possíveis: deusa dos túmulos; representação figurativa da pessoa enterrada ou de concubinas destinadas a acompanhar o morto na vida ultra-túmulo.

Ernâni Barbosa, em 1955, na sua tese de licenciatura, sintetiza, pela primeira vez, a informação disponível sobre a época pré e proto-histórica de Alenquer. Fazendo recurso de algumas informações, fornecidas por Hipólito Cabaço, refere sítios arqueológicos e achados isolados. São dele as palavras: “é esta [do eneolítico à época romana] a parte mais rica da arqueologia alenquerense, não só pelo que já é conhecido como, principalmente, pelo que está por explorar” (Barbosa, 1955, p. 108).

Neste trabalho é notado o desconhecimento de túmulos megalíticos, cuja existência passada parece ter ficado consolidada nos topónimos “Antas” ou “Vale de Antas”. Esta situação é colmatada por Vera Leisner, em 1965, quando publica a Anta da Arruda, situada no Casal das Antas (Arruda dos Vinhos). Este monumento foi escavado por José Leite de Vasconcelos, em 1898 e destruída nos anos 70 (Gonçalves, 1995e). A planta de Vera Leisner representa a anta com 12 esteios, embora José L. Vasconcelos a apresente com 9 esteios na câmara, dois fincados no corredor do qual, possivelmente, fariam parte as duas lages tombadas na sua proximidade.

Neste trabalho temos pela primeira vez uma síntese dos dados disponíveis, da colecção Hipólito Cabaço, sobre a Pedra de Ouro e o Castro de Ota, que se irão posicionar na lista dos povoados fortificados da Estremadura. Localização geográfica, descrição de estruturas, descrição de materiais e síntese interpretativa contribuem para a reconstrução da vida dos habitantes destes locais.

Este tipo de reconstruções, que assumem por vezes um cariz de narração histórica, é comum na sua época e podemos encontrá-la, por exemplo, para Vila Nova de S. Pedro (Paço, 1964). De salientar, também, o uso de elementos da fauna e da flora, nomeadamente, restos de ossos de animais e de sementes carbonizadas, para completar um quadro cultural que conjuga elementos da cultura material e da análise paisagística.

Encontramos aqui a expressão de uma idéia já anteriormente referida por Afonso do Paço (1940) e que se tornará numa referência presente nos escritos sobre a Pedra de Ouro até, pelo menos, ao trabalho de Schubart (1969): a existência de um *tholos* dentro da fortificação.

O recinto fortificado da Pedra de Ouro é descrito como sendo, aproximadamente, rectangular, possuindo duas linhas de muralha, no lado nascente. No interior encontraram-se fundos de cabana rectangulares cujos buracos de poste ainda conservavam vestígios de madeira carbonizada e três orifícios no solo de forma circular cheios de detritos. No vértice poente/norte, uma pequena construção circular é dada como uma torre, ou ponto de observação e reduto de defesa. No ângulo oposto (poente/sul) no lado de dentro da fortificação “encontrava-se um monumento funerário, um “thollos”, cuja entrada estava virada a nascente” (Barbosa, 1955, p. 118).

Posteriormente, Afonso do Paço (1966, p. 148), numa conferência proferida em 1946, avançará com a possibilidade de ter existido, neste local, uma segunda construção funerária de tipo *tholos*, mas que estaria “de tal maneira destruída que impossível se tornou confirmá-lo em absoluto”.

A interpretação como *tholos* das estruturas circulares, construídas com pedras sobrepostas, existentes na Pedra de Ouro, encontra-se perfeitamente contextualizada dentro do conhecimento que se possuía na época.

Esta é suportada pelo desconhecimento da teoria interpretativa de Beatrice Blance que define este tipo de estruturas, agregadas às muralhas dos povoados pré-históricos, como torreões. Esta teoria será publicada em 1957, num artigo que evidencia as similitudes formais entre Los Millares, Vila Nova de S. Pedro e o Próximo Oriente. Parecenças que acabaram por servir de base a teorias colonialistas que apresentam estes espaços como redutos exemplificativos da implantação, no espaço peninsular, de populações, social e tecnologicamente mais desenvolvidas, provenientes do Mediterrâneo Oriental, em busca de metal.

A similitude formal incentivava comparações com os *tholoi* conhecidos, pelas publicações da época, no Alentejo (Georg e Vera Leisner, 1951 — *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz*) e na Estremadura, em locais como, por exemplo, S. Martinho de Sintra (Apolinário, 1896). Esta interpretação comparativa era estimulada, igualmente, pela excepção e coincidência dos materiais encontrados.

Citamos dois exemplos análogos: com base nas suas características arquitectónicas, as casas da Penha Verde foram, num momento inicial, interpretadas como monumentos funerários (Zbyszewski e Ferreira, 1958). Igualmente em Olelas, os actualmente designados torreões foram lidos como *tholoi* (Serrão e Vicente, 1958), pelas características formais da sua arquitectura e pela recolha de inúmeros objectos integrados na designação de mágico-religiosos.

De acordo com as informações disponíveis (Paço, 1966, p. 152), na sua fase final, a Pedra de Ouro parece ter sido convertida em espaço funerário “na parte superior, em determinado lugar, encontrou [Hipólito Cabaço] restos de pequenas sepulturas ainda com ossos humanos e recipientes evoluídos, que se podem talvez considerar de tipo argárico”. Estas pequenas sepulturas são, provavelmente, cistas onde se encontravam alguns materiais típicos do ambiente funerário da I Idade do Bronze, entre os quais um vaso de gomos, que teremos oportunidade de contextualizar em altura própria.

Afonso do Paço (1966, p. 152) acaba por interpretar culturalmente o sítio da Pedra de Ouro, de acordo com o pensamento difusionista da época. Assim, o Bronze I ou Eneolítico, segundo a designação da época, é descrito como um “surto” que chegou por via marítima. Este local é integrado no mundo dos objectos de calcário. Um mundo distinto do Alto Alentejo, do Algarve ou das Beiras. Espaços que, na época, urgia explorar e que vemos caracterizados em grupos e horizontes culturais, a partir dos anos 70, em obras como os de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (1976-1977).

As últimas publicações, especificamente dedicadas à área em estudo e ao período cronológico em análise, pertencem a Vera Leisner e a Hermanfrid Schubart e dirigem-se à Pedra de Ouro. Estes investigadores tiveram um papel preponderante na arqueologia nacional. Contudo, pecam pela publicação dos dados em alemão, língua que restringe o acesso aos dados disponibilizados.

Destes trabalhos, destacamos a apresentação dos padrões decorativos da cerâmica pré-campaniforme (Leisner e Schubart, 1966, est. 7) e a apresentação do levantamento da planta da fortificação da Pedra de Ouro, efectuada no ano de 1965, com a colaboração de Montea-gudo e Haensel.

A contribuição de Schubart (1966) é feita ao nível da análise, interpretação e enquadramento crono-cultural do “sistema defensivo”. Este define duas fases construtivas, que não parecem obedecer a um plano pré-definido. Numa primeira fase foram construídas as linhas transversais da “muralha”, que protegiam o lado mais acessível a Noroeste do esporão. Segue-se a construção da linha de muralha, junto ao precipício, fechando o recinto de forma rectangular em todos os lados.

A ausência de estratigrafia limita a atribuição cronológica à análise do material cerâmico e ao estabelecimento de paralelos arquitectónicos. A ausência de «cerâmica de importação»; a abundância de Campaniforme; a presença de cerâmica da Idade do Bronze; a forma rectangular do recinto; a reduzida espessura dos muros; e a fragilidade das torres ou bastiões levam ao estabelecimento de paralelos com Lébous, no sul de França. Servindo, igualmente, de argumento para situar a ocupação do espaço fortificado, da Pedra de Ouro, num período que medeia o “final do Calcolítico e o Bronze Médio”.

Neste contexto, a interpretação destas estruturas é integrada numa construção explicativa colonialista, embora se procure dar algum papel, ainda que secundário, à componente

indígena. Assim, esta estrutura murada é apresentada como sucedânea das fortificações de tipo Los Millares, Vila Nova de S. Pedro e Zambujal. Enquanto estas eram lugares de trânsito da riqueza metalúrgica, refúgio de colonizadores que reuniam e escoavam para o Mediterrâneo Oriental. Fortificações como a Pedra de Ouro e Lébous são construções indígenas, efectuadas em época campaniforme, no momento em que este segmento da população adquire o monopólio do metal.

As mudanças no cariz da fortificação permitiriam a delimitação de um espaço mais amplo, exigida pelo aumento da população e consubstanciam uma nova organização social.

Schubart (1966) recorre a argumentos de cariz crono-culturais para justificar a singularidade formal da estrutura murada da Pedra de Ouro, no contexto das fortificações calcolíticas da Estremadura. Esta tem sido alvo de opiniões, por parte de outros investigadores, entre os quais nos permitimos destacar João Luís Cardoso (1980, p. 222). Este, rejeitando o difusionismo, atribui esta peculiaridade a uma maior ou menor necessidade de defesa “a qual era ditada pela situação das gentes que habitavam a região, mas também pelas possibilidades naturais de defesa que esta oferecia”. Necessidade de defesa justificada pela indispensabilidade de proteger excedentes da produção agrícola, propiciados pela melhoria das condições de produção.

A possibilidade de estarmos perante uma “construção de tradição [calcolítica]” é apresentada por Victor Gonçalves (1993-1994, p. 154): “recordo a Pedra de Ouro, que é quase uma brincadeira, aquilo não é uma fortificação — aquilo é um simulacro, com torres que têm cerca de dois m de diâm. Não detinham ninguém, mas mesmo assim foram construídas. Para quê, eis outra interrogação para acabar”.

Victor Gonçalves vai conjugar a perspectiva colonialista e difusionista para explicar a origem e desenvolvimento das fortificações da Estremadura e do Sul de Portugal. Assim, admite um primeiro momento de chegada, à Península de Lisboa, de ideias, tecnologias “e (porque não) também indivíduos” (Gonçalves, 1983-1984, p. 145) documentadas nas características mediterrânicas de lugares como Vila Nova de S. Pedro. As muralhas serviam para proteger “pequenos e grandes núcleos de colonos, ou de indígenas assimilados, contra autóctones não controlados” (Gonçalves, 1993, p. 196)

Os sítios de menor complexidade arquitectónica, aparentemente, como o Monte da Tumba, são incluídos num outro complexo de feição indígena, resultado de movimentos de colonização interna originados pelo crescimento populacional e pela ruptura entre o número de habitantes e os recursos disponíveis.

Por último, salientamos a opinião de Rui Parreira (1987, p. 46), que faz corresponder à fortificação da Pedra de Ouro uma “táctica defensiva já evolucionada, com muralhas providas de bastiões ocios para a protecção dos flancos por tiro de arco e flecha”. Concepção próxima de um dos projectos arquitectónicos do Zambujal.

Este autor justifica a emergência das estruturas muradas, pela convergência de uma dinâmica de transformação interna, associada a estímulos externos, veiculados pelos contactos com os comerciantes do Mediterrâneo, polarizados pelo comércio do metal.

A função deste tipo de estruturas é associada, simultaneamente, às necessidades de defesa e de ostentação. Esta função simbólica da cultura material será explorada, sobretudo, *a posteriori*, dentro de um quadro interpretativo pós-processualista.

Efectuamos, desde já, duas chamadas de atenção: uma primeira para a aplicação e transposição de conceitos actuais embebidos de significados específicos para um passado distante, baseado em características formais arquitectónicas. Referimo-nos, concretamente, à designação por “muralhas” ou “fortificações” da conjugação de blocos líticos agrupados, linearmente e de forma sobreposta, circundando um espaço habitacional. As características

defensivas destas estruturas, durante uma história recente, têm condicionado, maioritariamente, e por vezes de forma exclusiva, a interpretação da utilização destes espaços durante a Pré-História.

Teremos oportunidade de desenvolver este assunto, contudo, deixamos desde já outra chamada de atenção para a necessidade de abandonar as explicações demasiado simplistas e globalizantes quando se abordam estas questões. Se por um lado defendemos que a identificação de um recinto circular na Pedra de Ouro como um *tholos* é efectuada dentro de um contexto específico, sem dados concretos que a fundamentem para além de uma arquitectura bastante destruída e da recolha de uma estatueta de cerâmica, em localização incerta. Reduzir a sua designação a “torreão de muralha” pode ser ignorar a diversidade simbólica que este espaço parece ter tido.

Como já tivemos oportunidade de referir, a Pedra de Ouro e o Castro de Ota, pela monumentalidade e riqueza de espólio foram os sítios arqueológicos que obtiveram uma maior atenção por parte dos investigadores.

Contudo, essa atenção foi dividida de modo desigual. A especificidade do Castro de Ota, nomeadamente, o amplo leque cronológico — do Calcolítico ao Período Árabe, revelado pelos materiais deste local — torna qualquer leitura baseada nas observações de superfície mais cautelosas. Torna-se complicado fazer uma correspondência sincrónica entre as estruturas encontradas — fortificação, cabanas circulares e rectangulares — e os materiais recolhidos, pelo que, e apesar do potencial deste sítio, os estudos a ele dedicados pouco avançam além de uma longa lista de materiais (Barbosa, 1955, 1956).

Apesar de se ter notícia de uma escavação na Pedra de Ouro, no início dos anos 70, por Victor dos Santos Gonçalves, a partir desta década as referências à área em estudo tornam-se pontos num mapa, menções pontuais em obras de carácter mais abrangente ou estudos de cariz muito pontual, como sejam os efectuados por João José F. Gomes (1978) sobre um vaso campaniforme, ou listagens de materiais depositados em museu (Domingos e Gomes, 1994; Gomes e Domingos, 1994).

A tese de mestrado de Maria Miguel Simões (1994) surge como excepção a este panorama. Dedicada às regiões naturais de “Torres” e “Alenquer” apresenta um bom inventário dos sítios arqueológicos conhecidos para a área em estudo.

Em suma, a investigação nesta área teve um período florescente entre a década de 40 e o final dos anos 60. Os dados disponibilizados, embora enquadrados dentro da mentalidade científica vigente à época, são únicos para o actual conhecimento da ocupação desta área num período cronológico que, de outra forma, estariam perdidos pelo aumento da antropização do espaço.

